MALKA Y NEGRI
advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 058

19 de maio de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
UNIÃO	Lei nº 13.999, de 18.5.2020, publicada em 19.05.20	Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis n os 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999
	Decreto nº 10.350, de 18.5.2020, publicada em 18.05.20 edição extra.	Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.
TST	Notícia - TST mantém produtividade semanal durante a pandemia, publicada em 19.05.20	Relatório divulgado pela Seção de Acompanhamento Estatístico do Tribunal Superior do Trabalho confirma que o órgão tem mantido sua produtividade durante a pandemia da Covid-19. Segundo o documento, desde 16/3, quando as atividades e as sessões presenciais do TST foram suspensas (Ato 126/2020), até hoje (18/5), o TST julgou 58 mil processos, o que corresponde à média de 6,4 mil processos semanais. O relatório Produtividade do TST durante a Covid-19 ainda apresenta os dados referentes a decisões interlocutórias, despachos e atos de secretaria. De janeiro a abril deste ano, houve aumento de 5,8% no número de processos julgados, o que possibilitou o julgamento de 75,1% do total recebido no período, de acordo com a Movimentação Processual do TST.

TRT 1ª REGIÃO	Notícia - Corregedoria do TRT/RJ recomenda que audiências presenciais agendadas até 30/6 sejam desmarcadas, publicada em 19.05.20	A Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) expediu o Ofício nº 31/2020 às varas do trabalho, recomendando aos juízes e diretores que as **audiências presenciais, agendadas até 30/6, sejam desmarcadas.** A medida levou em consideração a situação crítica do estado do Rio de Janeiro em relação à pandemia causada pelo novo coronavírus. De acordo com a corregedora do Regional fluminense, desembargadora Mery Bucker Caminha, apesar de não ter sido decretado lockdown em toda a cidade do Rio de Janeiro, outros municípios do estado estão com indicativo de fechamento total no mês de junho. "Creio que o distanciamento social será mantido e, ainda que retorne, a atividade presencial será em outros moldes", declarou no documento.
CNMP	Notícia - CNMP participa de reunião do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, publicada em 19.05.20	O promotor de Justiça e membro auxiliar da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Carlos Vinícius Alves Ribeiro, participou nessa segunda-feira, 18 de maio, da 2ª Reunião do Comitê Gestor da Numeração Única das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário. Visando à aprovação de uma proposta atualizada de Tabelas Processuais Unificadas, a reunião, realizada por videoconferência, tratou das sugestões que foram encaminhadas pelos membros do Comitê e que afetam o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário buscam a uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça, a serem empregadas nos respectivos sistemas processuais. De acordo com Carlos Vinícius, na ocasião da reunião, após a análise das sugestões, foi aprovada uma proposta final de Tabelas Unificadas, a qual será encaminhada para os Tribunais de Justiça de todo o Brasil para que sejam definidos os prazos de implementação. Como a proposta necessita de uma

		avaliação técnica dos setores de Tecnologia da Informação de cada órgão, a previsão é que a implementação ocorra até agosto de 2021.
MPT	Notícia - Atuação do MPT frente à Covid-19: violações trabalhistas motivam abertura de mais de 3 mil inquéritos civis , publicada em 19.05.20	O Ministério Público do Trabalho já contabiliza 15.761 denúncias de irregularidades trabalhistas relativas à Covid-19, recebidas desde o início da pandemia. Ao todo, foram abertos 3.193 inquéritos civis para apurar violações sobre o tema. Ainda a respeito do assunto, os procuradores do MPT já emitiram 8.959 recomendações, 32.955 despachos e expediram 51.023 notificações, ofícios e requisições. Os números são desta segunda-feira, 18 de maio.
MPRJ	Notícia - MPRJ apura condições da saúde e de isolamento que justifiquem aumentar ou afrouxar restrições em Niterói, publicada em 19.05.20	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania de Niterói, instaurou inquérito civil para apurar informações sobre as condições do sistema de saúde e os resultados do isolamento social instituídos na cidade que venham a fundamentar decisão da prefeitura para agravamento, manutenção ou afrouxamento das restrições atuais. O MPRJ tomou ciência de intenção do Poder Executivo Municipal em retomar parte das atividades comerciais e afrouxar regras de isolamento social, com possível liberação ao funcionamento de lojas materiais de construção, oficinas mecânicas e de bicicletas, atividades da construção civil, serviços médicos e odontológicos, repartições públicas, concessionárias de automóveis, lojas de colchões, óticas e salões de beleza.

	Notícia - MPRJ recomenda que municípios do Noroeste Fluminense publiquem boletins sobre a evolução da Covid-19, publicada em 19.05.20	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaperuna, expediu recomendação aos municípios de Itaperuna, São José de Ubá e Cardoso Moreira, no Noroeste Fluminense, para que realizem a publicação diária e atualizada de boletins contendo os dados da evolução da pandemia de Covid-19 nas cidades. De acordo com a portaria, a possibilidade de amplo acesso, por todos, às informações de interesse particular ou geral é fundamental para o exercício pleno da cidadania, além da necessidade de controle da evolução do contágio pelo novo coronavírus. O MPRJ recomenda aos prefeitos que esses boletins sejam publicados nos sites oficiais dos municípios e nas redes sociais utilizadas pelos órgãos municipais, de forma a serem facilmente encontradas.
Prefeitura do Rio de Janeiro	RESOLUÇÃO CONJUNTA SMS/SMASDH Nº 65 DE 18 DE MAIO DE 2020, publicada no D.O em 19.05.2020	Dispõe sobre o processo de trabalho no período de hospedagem dos idosos e seus acompanhantes moradores de comunidades socialmente vulneráveis, visando prevenir a contaminação pelo novo Coronavírus - COVID -19 e dá outras providências.
	RESOLUÇÃO SMTR Nº 3288 DE 18 DE MAIO DE 2020, publicada no D.O em 19.05.2020	Dispõe sobre prorrogação do prazo estabelecido na Resolução SMTR nº 3.265, de 06 de abril de 2020 e prorrogado pelas Resoluções SMTR nº 3.271, de 16 de abril de 2020, e nº 3.282, de 04 de maio de 2020, referente à suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do município do Rio de Janeiro, e dá outras providências
	RESOLUÇÃO PGM Nº 998 DE 18 DE MAIO DE 2020, publicada no D.O em 19.05.2020	Cria totens e regulamenta o atendimento remoto nas lojas e postos da Dívida Ativa , durante a Pandemia de Covid-19, e dá outras providências.
	DECRETO RIO Nº 47431 DE 19 DE MAIO DE 2020, publicado no D.O, Edição Especial, em 19.05.2020	Altera o Decreto Rio nº 47.424, de 11 de maio de 2020, que dispõe sobre vedações transitórias, em ressalva ao disposto no Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, altera o Decreto Rio nº 47.328, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.

TJRJ	Ato Normativo 13 de 2020, consolidado com as alterações do Ato Normativo 14 de 2020, publicado em 19.05.2020	Trata da suspensão dos prazos dos processos eletrônicos de 14.05.2020 a 31.05.2020, bem como o regime de plantão extraordinário nesse período.
	Provimento CGJ 38 de 2020, publicado em 19.05.2020	Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário.
	Notícia - TJRJ produz cerca de 1,3 milhão decisões, despachos, sentenças e atos na semana de 11 a 17 de maio, disponibilizada em 18.05.2020	Do dia 11 (segunda-feira) a 17 de maio de 2020 (domingo), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro bateu o recorde de decisões e despachos em uma semana, desde o início da adoção das medidas de prevenção ao novo coronavírus pelo Poder Judiciário Fluminense, a partir de 16 de março. No período semanal, foram 51.211 decisões (49.626 no primeiro grau e 1.585 no segundo grau) e 108.408 despachos (101.912 no primeiro grau e 6.496 no segundo grau). Também foram produzidas 36.400 sentenças (31.529 no primeiro grau e 4.871 no segundo grau) e cumpridos 1.101.907 atos por servidores (1.027.800 no primeiro grau e 74.107 no segundo grau).
ERJ	Notícia - Gol projeta retomada gradual de voos no Rio a partir de 24 de maio, disponibilizada em 19.05.2020	Após a redução abrupta de oferta de voos por conta da pandemia do novo coronavírus, a companhia aérea Gol, já prepara um plano de retomada de voos no estado a partir do dia 24 deste mês. Com base na demanda existente, principalmente de profissionais de saúde e trabalhadores de serviços essenciais, a empresa avalia que poderá chegar em dezembro deste ano com redução de apenas 11% na oferta de assentos em comparação com o mesmo período do ano passado. A informação foi transmitida ao governador Wilson Witzel em reunião realizada, nesta terça-feira (19/5), por videoconferência, com a participação do presidente da Gol, Paulo Kakinoff e o vice Celso Ferrer, além do secretário de Estado de Turismo, Otavio Leite.

	Notícia - Detran.RJ prorroga prazos de licenciamento anual de veículos, disponibilizada em 19.05.2020	Devido às medidas de contingenciamento para evitar a propagação do novo coronavírus, o Detran.RJ prorrogou os prazos de licenciamento anual de veículos para o exercício 2020. O serviço está suspenso desde o dia 17 de março, quando foram implementadas as medidas de isolamento social no Estado do Rio. Os prazos foram prorrogados para o segundo semestre desse ano, para que os usuários tenham mais tempo para realizar o procedimento quando o serviço voltar à normalidade.
CONJUR	Notícia - Manifestante contra isolamento social é preso e multado em Niterói (RJ), disponibilizada em 18.05.2020	O Ministério O Ministério Público do Rio de Janeiro obteve na Justiça a condenação e a aplicação de multa a Douglas de Souza Gomes. A decisão se deu no seio de uma ação civil pública movida em face do governo estadual, da capital fluminense e dos organizadores de carreatas contra a política de isolamento social — adotada em razão da atual epidemia de Covid-19.
	Notícia - Fiscalização não pode redefinir o que é atividade essencial, diz juiz, disponibilizada em 18.05.2020	Cabe ao gestor público a decisão de definir quais atividades econômicas são essenciais e, portanto, não podem ser suspensas durante a epidemia de Covid-19. Uma vez definida, não se pode excluir nenhuma delas a partir de juízo de valor da fiscalização.
	Notícia - Igrejas devem respeitar o rodízio, diz desembargador de Pernambuco, disponibilizada em 19.05.2020	O desembargador Bartolomeu Bueno, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, indeferiu pedido de uma igreja presbiteriana que solicitou ser excluída do rodízio obrigatório em curso no estado. A decisão foi proferida na última sexta-feira (15/5). A instituição religiosa afirmou que a restrição estava dificultando suas transmissões ao vivo pelo Youtube, que são feitas na sede da igreja, em razão da estrutura de captação de som e imagem.
	Notícia - Oposição a videoconferência obriga caso a aguardar julgamento presencial,	Se qualquer das partes se opõe ao julgamento por videoconferência, cabe ao colegiado do Superior Tribunal de Justiça automaticamente remeter o caso para

	disponibilizada em 19.05.2020	julgamento em sessão presencial, quando elas voltarem a ocorrer. O entendimento é da 1ª Turma, que interpretou o Regimento Interno em sessão nesta terça-feira (19/5).
	Notícia - Ministério da Justiça proíbe uso de contêiner como prisão, disponibilizada em 19.05.2020	O Ministério da Justiça proibiu o uso de contêiner como prisão e outras estruturas que ponham em risco a saúde ou a integridade física de presos e servidores, ou que violem requisitos de segurança, salubridade e conforto ambiental. A medida está prevista em resolução publicada nesta terça-feira (19/5) e que dispõe sobre diretrizes específicas para o sistema prisional destinadas ao enfrentamento da disseminação do coronavírus.
	Notícia - Ação popular não é caminho para questionar atos lesivos contra a saúde pública, disponibilizada em 19.05.2020	O comando constitucional (artigo 5º, inciso LXXIII), ao tratar da ação popular, não se refere a ato lesivo relacionado à saúde pública, mas, sim, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Assim, a ação popular não é o caminho adequado para se questionar o direito à saúde. Com esse argumento, a juíza Lais Helena Bresser Lang, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, julgou extinta, sem resolução de mérito, uma ação popular que pedia a construção de um hospital de campanha na zona leste de São Paulo, região mais populosa da cidade e também a mais afetada pelo coronavírus.
Migalhas	Notícia - Loja em shopping terá cobranças referentes ao pagamento de aluguel suspensas, disponibilizada em 19.05.2020	A juíza de Direito Daniela Nudeliman Guiguet Leal, da 2ª vara Cível de Barueri/SP, concedeu parcialmente a antecipação de tutela de urgência e determinou a suspensão das cobranças referentes ao pagamento de aluguel e encargos de locação de uma loja situada em um shopping de SP, desde a notificação de rescisão até o julgamento final do feito.

	Notícia - Cachorro poderá passear mesmo durante lockdown em Niterói, disponibilizada em 19.05.2020	O juiz de Direito Guilherme Rodrigues de Andrade, do 4º Juizado Especial de Fazenda Pública de Niterói/RJ, concedeu liminar para autorizar que um homem possa passear com seu cachorro durante o período de lockdown em Niterói. Ao decidir, magistrado pontuou que zelar pelos animais é um dever constitucional e considerou que eles precisam reduzir o estresse em razão do confinamento.

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados